



COLEÇÃO
DIÁLOGOS

Coordenação: Mozart Borba

MARCOS YOUJI MINAMI

Diálogos
sobre o ***Direito***
Eleitoral

2022



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa e diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

D536 Diálogos sobre o Direito Eleitoral / Marcos Youji Minami – São Paulo:
Editora Juspodivm, 2022.
960 p. (Diálogos / coordenador Mozart Borba)

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3705-2

1. Direito Constitucional. 2. Direito eleitoral. I. Minami, Marcos Youji.
II. Borba, Mozart. III. Título.

CDD 341.28

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Parte 1

POR QUE ESTUDAR DIREITO ELEITORAL?	27
1. Justificativas para o estudo do Direito Eleitoral Brasileiro	27
1.1. O Poder Político: a origem de tudo	27
1.2. Povo e Cidadania	34
1.3. Democracia e Participação.....	40
1.4. Pluralismo Político	45
1.5. O Princípio Republicano.....	50
1.6. A Dignidade da Pessoa Humana	57
1.7. A Importância da Justiça Eleitoral Brasileira	64
1.7.1. Um estudo de caso: “Perfeição, um país sem controle no processo eleitoral”	65
1.7.2. Breves conclusões.....	67
1.8. Sobre o Direito Eleitoral.....	69

Parte 2

QUAL A BASE NORMATIVA DO DIREITO ELEITORAL?	75
2. Normas Fundamentais do Direito Eleitoral.....	75
2.1. Breve introdução	75
2.2. Soberania popular.....	76
2.3. Sufrágio universal	81
2.3.1. Sufrágio e voto	89
2.4. Anualidade.....	90
2.5. Autenticidade Eleitoral.....	92
2.6. Liberdade de manifestação	94
2.7. Verificação da lisura do pleito.....	95
2.8. Acesso à Justiça Eleitoral.....	97
2.9. Máxima igualdade na disputa eleitoral.....	100
2.10. Proporcionalidade.....	103
2.11. Considerações sobre a celeridade	105
2.12. Normas fundamentais do Direito Eleitoral e repercussões práti- cas.....	107

3.	Fontes do Direito Eleitoral (afinal, por qual motivo há tantas resoluções eleitorais?)	108
3.1.	Constituição da República	109
3.2.	Legislação infraconstitucional	112
3.2.1.	Código Eleitoral (Lei 4.737/1965)	113
3.2.2.	Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90)	115
3.2.3.	Lei das Eleições (Lei 9.504/97)	120
3.2.4.	Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95)	122
3.3.	Resoluções: a função "normativa" da Justiça Eleitoral	123
3.4.	Jurisprudência	130
3.5.	Considerações sobre o próximo Código Eleitoral	136
3.5.1.	Temas tratados pela nova legislação	138
3.5.2.	Tratamento das ilicitudes cíveis no Código Eleitoral projetado	140
3.5.3.	Procedimentos cíveis no Código Eleitoral projetado	141
4.	Sistemas Eleitorais	143
4.1.	O que é sistema eleitoral	143
4.2.	Circunscrição eleitoral, distrito eleitoral e magnitude	144
4.3.	O sistema majoritário: aplicado para as eleições de chefes do executivo e senadores	147
4.3.1.	O sistema distrital	149
4.4.	O sistema proporcional: aplicado para os demais casos	151
4.4.1.	Momento da escolha: indicando um partido e um candidato	152
4.4.2.	Totalização parte 1: determinando quais partidos possuem direito às vagas	153
4.4.3.	Totalização parte 2: determinando quantas vagas o partido terá direito	154
4.4.4.	Totalização parte 3: determinando quais candidatos do partido que obteve vagas as ocuparão	157

Parte 3

QUEM REALIZA AS ELEIÇÕES NO BRASIL?	161	
5.	Justiça Eleitoral brasileira	161
5.1.	A Justiça Eleitoral	161
5.1.1.	Uma ferramenta de consulta importante: os <i>sites</i> da Justiça Eleitoral	163
5.2.	Função administrativa e função jurisdicional: preparando e realizando uma eleição	165
5.3.	Função normativa da Justiça Eleitoral	169
5.4.	Função consultiva da Justiça Eleitoral	169
5.5.	Atividades atípicas da Justiça Eleitoral	171

5.6.	Generalidades sobre a estrutura da Justiça Eleitoral.....	172
5.7.	Juízes Eleitorais e Zonas Eleitorais	174
5.7.1.	Zonas Eleitorais	174
5.7.2.	Atribuições do juiz eleitoral relacionadas ao Cadastro Eleitoral, logística das eleições e partidos políticos.....	176
5.7.3.	Demais atribuições dos juízes eleitorais.....	178
5.8.	Juntas Eleitorais	184
5.9.	Tribunais Regionais Eleitorais	189
5.9.1.	Coordenação das atividades de eleição	189
5.9.2.	Demais atividade dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	193
5.9.3.	Composição do Tribunal Regional Eleitoral.....	196
5.10.	Tribunal Superior Eleitoral.....	197
5.10.1.	Principais atribuições.....	197
5.10.2.	Composição do Tribunal Superior Eleitoral	200
5.10.3.	Procedimento Administrativo Eleitoral (investigativo) pela Corregedoria-Geral Eleitoral.....	201
6.	Mesários e demais colaboradores (a eleição pelo próprio titular do poder).....	204
6.1.	Breves considerações sobre os servidores da Justiça Eleitoral	204
6.2.	Afinal, quem auxilia quem no dia da eleição?.....	205
6.3.	Responsáveis pelos locais de votação	207
6.4.	Mesários e equipe de apoio às atividades de eleição.....	208
6.4.1.	A escolha dos mesários: uma comunidade de trabalho...	210
6.4.2.	Atribuição dos mesários	213
6.4.3.	Benefícios	216

Parte 4

QUEM FISCALIZA AS ELEIÇÕES NO BRASIL?	217
7. Ministério Público Eleitoral	217
7.1. Atuação obrigatória nos feitos eleitorais	217
7.2. Quem integra o Ministério Público Eleitoral	219
7.3. Regulamentação da atuação do MPE: a Portaria 1/2019.....	223
7.4. Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe)	223
7.5. Notícia de fato (NF).....	225
7.6. Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE), Procedimento Investigatório Criminal (PIC) e Procedimento Administrativo	227
8. Demais fiscais do processo eleitoral brasileiro	231
8.1. Partidos políticos e fiscalização do processo eleitoral	231
8.2. Ordem dos Advogados do Brasil e fiscalização do processo eleitoral	233
8.3. Defensoria Pública e fiscalização do processo eleitoral.....	234

- 8.4. A sociedade civil na fiscalização do processo eleitoral brasileiro . 236
 8.5. Eleições brasileiras aos olhos do mundo 238

Parte 5

QUAIS OS GRANDES ATORES DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO?	241
9. Partidos Políticos no Brasil	241
9.1. Partidos políticos e pluralismo político	241
9.2. Autonomia partidária	244
9.3. Sistemas eletrônicos relacionados aos partidos políticos	248
9.4. Criação de partido.....	250
9.5. Informações partidárias.....	251
9.6. Filiação partidária e o problema da dupla filiação.....	252
9.6.1. Informações gerais e sistema FILIA.....	252
9.6.2. Filiação e submissão anual da lista de filiados	254
9.6.3. O que acontece no caso de dupla filiação partidária (coexistência de filiações).....	256
9.6.4. O que fazer para deixar de ser filiado?	258
9.7. O desempenho dos partidos políticos: cláusula de desempenho (cláusula de barreira)	258
9.8. Dinâmica entre partidos: incorporação, fusão, coligação e federação de partidos.....	261
9.8.1. Movimentações permanentes: fusão e incorporação de partidos	261
9.8.2. Movimentações temporárias: coligações e federações ...	263
9.9. Fidelidade partidária e perda de mandato por desfiliação	265
9.10. Financiamento e prestação de contas dos partidos políticos	270
9.10.1. Prestação de Contas Anuais dos Partidos Políticos.....	274
9.11. Propaganda partidária	279
9.11.1. Propaganda partidária gratuita no rádio e televisão	282
9.11.2. Propaganda partidária e o Código Eleitoral projetado.....	287
10. Os Direitos Políticos: a participação política.....	288
10.1. A essência dos Direitos Políticos	288
10.2. Obrigatoriedade do voto	291
10.3. Titularidade dos direitos políticos	293
10.4. Direitos de participação: os direitos políticos positivos.....	295
10.5. Direitos políticos ativos: a participação pelo voto.....	296
10.6. Direitos políticos passivos: a participação pela candidatura.....	298
10.7. Direitos políticos negativos: limitação à participação política	299
10.7.1. Cancelamento ou perda de naturalidade	302
10.7.2. Incapacidade civil absoluta	303

10.7.3.	Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.....	308
10.7.4.	Recusa de cumprimento de obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.....	311
10.7.5.	Improbidade administrativa.....	312
10.7.6.	Outras hipóteses constitucionais de limitação à participação política.....	317
11.	Alistamento Eleitoral: tornando-se cidadão	318
11.1.	Cadastro Eleitoral.....	318
11.1.1.	Apresentando o Cadastro Eleitoral.....	318
11.1.2.	Sigilo dos dados do Cadastro Eleitoral (LGPD e Justiça Eleitoral).....	319
11.1.3.	Requerimento de Alistamento Eleitoral, operações possíveis no Cadastro Eleitoral e legislação sobre o tema	321
11.2.	Alistamento	322
11.2.1.	Obrigatoriedade e facultatividade	322
11.2.2.	Algumas facultatividades especiais: pessoas indígenas e com deficiência	323
11.2.3.	Domicílio eleitoral.....	325
11.2.4.	Nome social e identidade de gênero.....	327
11.2.5.	Fases do alistamento.....	328
11.2.6.	Ausência de alistamento	331
11.2.7.	Fechamento do Cadastro Eleitoral.....	332
11.3.	Transferência, revisão e segunda via do título de eleitor.....	333
11.4.	Fiscalização do Cadastro Eleitoral.....	335
11.5.	Batimento de dados e duplicidade e pluralidade de inscrições eleitorais	336
11.6.	Revisão de eleitorado	338
11.7.	Casos de cancelamento e exclusão: art. 71, do Código Eleitoral....	340
12.	Condições de elegibilidade	343
12.1.	Aspectos gerais e previsão normativa das condições de elegibilidade	343
12.2.	Nacionalidade brasileira e idade mínima.....	345
12.3.	Pleno exercício dos direitos políticos	349
12.3.1.	Observações sobre o parcelamento das multas eleitorais	350
12.4.	Alistamento eleitoral, domicílio eleitoral e filiação partidária	351
13.	Causas de inelegibilidade: aspectos gerais e inelegibilidades constitucionais.....	356
13.1.	Previsão normativa das inelegibilidades	356
13.2.	Classificação das Inelegibilidades	358
13.3.	Inalistáveis e analfabetos (inelegibilidade absoluta)	360

13.4.	Reeleição e inelegibilidade para um terceiro mandato consecutivo: evitando a perpetuação no poder.....	363
13.5.	Desincompatibilização para a candidatura em cargo diverso ao já ocupado	371
13.6.	Inelegibilidade reflexa (ou indireta): evitando o abuso no uso da coisa pública e a perpetuação política de grupos familiares	374
14.	Causas de inelegibilidade infraconstitucionais.....	380
14.1.	Uma breve apresentação das inelegibilidades e sua previsão no Código Eleitoral projetado.....	380
14.2.	Inelegibilidade decorrente de ilicitudes relacionadas às eleições (art. 1º, I, alíneas: d, j, k, n, p).....	386
14.2.1.	Inelegibilidade e condenações pela Justiça Eleitoral	387
14.2.2.	Inelegibilidade para pessoas que tentam burlar inelegibilidade	391
14.3.	Inelegibilidade decorrente de ilicitudes ou desmandos na administração pública (art. 1º, I, alíneas: b, c, f, g, h, l, o, q).....	393
14.3.1.	Membros do legislativo e executivo cassados	394
14.3.2.	Agentes públicos com contas rejeitadas	396
14.3.3.	Agentes públicos condenados por desonestidade no âmbito da coisa pública.....	398
14.3.4.	Demissão ou afastamento do serviço público por processo judicial ou administrativo	402
14.4.	Inelegibilidade decorrente de condenações criminais (art. 1º, I, alínea e).....	404
14.5.	Inelegibilidade decorrente de responsabilização por algumas liquidações judiciais ou da proibição no exercício de determinadas atividades (art. 1º, I, alíneas: i, m).....	407
14.6.	Desincompatibilidades infraconstitucionais específicas (art. 1º, incisos II a VII)	409
14.6.1.	Situações específicas de desincompatibilização	410
14.6.2.	Desincompatibilização no Código Eleitoral projetado	414

Parte 6

0 QUE ACONTECE DURANTE A CORRIDA ELEITORAL?	415	
15. Preparação de uma eleição.....	415	
15.1.	Conhecendo os atos gerais de preparação e realização das eleições	415
15.2.	Locais de votação especiais e transferências temporárias	417
15.3.	Sobre os mesários e demais recursos humanos necessários para uma eleição	419
15.4.	Comissão de transporte de eleitores no dia da eleição.....	419
15.5.	Considerações sobre os locais de votação.....	422

15.6. Urnas eletrônicas e cerimônia de carga de urnas.....	427
16. Considerações sobre o calendário Eleitoral	429
16.1. Datas e acontecimentos importantes relacionados à propaga- da eleitoral.....	431
16.1.1. Datas e eventos diversos que antecedem a campanha ...	431
16.1.2. O começo da campanha: 16 de agosto	432
16.1.3. Datas que antecedem o primeiro turno.....	433
16.1.4. Entre o primeiro e segundo turnos	434
16.1.5. Datas que antecedem o segundo turno.....	434
16.1.6. Retirada das propagandas após eleição	435
17. Arrecadação e aplicação de recursos em campanha	435
17.1. Recursos destinados às campanhas.....	437
17.2. Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC).....	438
17.3. Doações de pessoas naturais (físicas).....	441
17.3.1. Eventos de arrecadação de recursos e financiamento coletivo (<i>lives</i> de arrecadação e <i>crowdfunding</i>).....	442
17.3.2. Doações acima do limite permitido por pessoa natural..	446
17.4. Fontes vedadas e recursos de origem não identificada.....	447
17.5. Gastos eleitorais.....	448
17.5.1. Limites dos gastos em campanhas eleitorais.....	448
17.5.2. Gastos eleitorais.....	450
17.5.3. Formalidades no controle de gastos eleitorais.....	454
17.6. Prestação de contas de campanha.....	456
17.6.1. Ausência na prestação de contas	462
17.6.2. A importância da prestação de contas no combate a ilícitos eleitorais.....	465
17.6.3. Desaprovação em prestação de contas eleitorais e consequências	467
18. Escolha e registro de candidatos.....	469
18.1. Convenções partidárias e cuidados relacionadas à ata da con- venção.....	470
18.3. Cuidados relacionados aos partidos: regularidade dos diretórios e formação de coligações.....	476
18.3.1. Coligações partidárias	478
18.3.2. Quantitativo de candidatos por partido	481
18.3.3. Cotas de gênero.....	482
18.4. Candidaturas coletivas.....	485
18.5. Cuidados relacionados aos candidatos.....	488
18.5.1. Requisitos de registrabilidade	489
18.5.2. Quitação eleitoral e filiação partidária	489
18.5.3. Elegibilidade e inelegibilidades.....	491
18.5.4. Número do candidato.....	491

18.5.5.	Nome de campanha.....	493
18.5.6.	Fotografia, dados pessoais e demais formalidades relacionadas ao candidato.....	494
18.6.	Aspectos sobre a apresentação do procedimento de registro de candidatura.....	496
18.6.1.	Competência.....	496
18.6.2.	Formulários eletrônicos: DRAP e RRC.....	497
18.6.3.	Prazo para o pedido registro.....	503
18.6.4.	Requerimento de Registro de Candidatura Individual (RRCI).....	505
18.6.5.	Vagas remanescentes.....	506
18.7.	Resumo de toda a fase de escolha e registro de candidatos.....	506
18.7.1.	Resumo analítico da fase de escolha e registro de candidaturas.....	507
18.7.2.	Resumo sintético do procedimento de registro.....	510
18.8.	Aspectos sobre o processamento do Pedido de Registro.....	511
18.8.1.	Recebimento e autuação.....	511
18.8.2.	Emissão de CNPJ de campanha.....	512
18.8.3.	Publicação de edital.....	512
18.8.4.	Parecer preliminar e diligências.....	513
18.8.5.	Etapa decisória (em competência originária).....	514
18.8.6.	Etapa recursal em registro de candidatura.....	517
18.9.	Candidatura <i>sub judice</i>	525
18.10.	Renúncia, falecimento, cancelamento e substituição de candidato.....	525
18.11.	Enunciados de súmula do TSE relacionados ao tema de registro de candidatura.....	527
19.	Pesquisas Eleitorais.....	529
19.1.	Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle).....	530
19.2.	Algumas peculiaridades do registro de uma pesquisa.....	532
19.3.	Informações obrigatórias na divulgação da pesquisa.....	533
19.4.	Fiscalização das pesquisas e impugnações ao registro e divulgação.....	535
19.5.	Enquetes e poder de polícia em pesquisas eleitorais.....	539
19.6.	O compartilhamento de pesquisas eleitorais.....	541
19.7.	Disposições penais relacionadas às pesquisas eleitorais.....	543
20.	Propaganda Eleitoral.....	544
20.1.	Tipos de propaganda política.....	544
20.1.1.	Propaganda intrapartidária em ano eleitoral.....	546
20.1.2.	Propaganda institucional e propaganda eleitoral.....	547
20.2.	Propaganda eleitoral como a etapa de debate do processo eleitoral.....	549
20.3.	Forma, modo de veiculação e conteúdo da propaganda eleitoral.....	551

20.4. Brevíssimas considerações sobre o poder de polícia na propaganda eleitoral.....	554
20.5. Propaganda irregular, propaganda criminosa, abuso do poder econômico, político ou do uso dos meios de comunicação social	556
20.6. Observações gerais sobre o início da propaganda eleitoral:	
16 de agosto.....	560
20.6.1. O que é possível antes de 16 de agosto do ano de eleição	561
20.6.2. O que não é possível antes de 16 de agosto do ano de eleição: propaganda eleitoral antecipada não autorizada	567
20.6.3. Abuso do poder político ou econômico e propaganda antecipada	569
20.7. Requisitos gerais da propaganda	571
20.7.1. Fontes normativas do assunto propaganda eleitoral	571
20.7.2. Identificação dos partidos e candidatos nas propagandas	572
20.7.3. Detalhes formais específicos	574
20.8. Propaganda por candidato <i>sub judice</i>	576
20.9. Propagandas não toleradas	577
20.10. Propaganda eleitoral em geral: propagandas em meios físicos e reuniões presenciais	582
20.10.1. Sedes de partidos e comitês de campanha.....	582
20.10.2. Uso de alto-falantes, amplificadores de som, trio elétrico, carro de som e assemelhados.....	583
20.10.3. Reuniões Públicas (comícios, carretas, passeatas etc.)	585
20.10.4. Propaganda em bens particulares.....	587
20.10.5. Propaganda em bens públicos, de uso comum e assemelhados.....	588
20.10.6. Outdoor e propaganda eleitoral.....	592
20.10.7. Material impresso de propaganda eleitoral.....	593
20.11. Propaganda eleitoral digital (<i>internet</i> , redes sociais etc.).....	594
20.11.1. Propaganda pela <i>internet</i> : possibilidades e proibições gerais.....	595
20.11.2. Impulsionamento de conteúdo.....	597
20.11.3. Priorização paga de conteúdo resultante de aplicações de busca	603
20.11.4. Proibição do anonimato e direito de resposta.....	603
20.11.5. Propagandas por mensagens em telemarketing ou disparos em massa.....	604
20.12. Propaganda eleitoral na imprensa.....	605
20.13. Propaganda eleitoral em rádio e televisão	606

20.13.1. Impossibilidade de propaganda eleitoral na programação normal	606
20.13.2. Debates entre os candidatos no rádio ou televisão	607
20.14. Novas formas de debates? As reações (<i>react</i>) de manifestações de adversários.....	609
20.15. Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão	610
20.15.1. Propaganda eleitoral em bloco.....	610
20.15.2. Propaganda por inserções na programação.....	613
20.15.3. Algumas observações gerais não relacionadas ao conteúdo da propaganda eleitoral gratuita.....	615
20.15.4. Observações sobre o conteúdo da propaganda eleitoral gratuita	617
21. Eleições (o Dia-E), apuração, totalização e diplomação dos eleitos	619
21.1. Votação e fiscalização dos trabalhos eleitorais	620
21.2. Apuração e totalização das eleições.....	625
21.3. Permitido e proibido no dia da eleição.....	626
21.4. O que acontece depois da eleição: diplomação e cuidados com as urnas eletrônicas.....	628

Parte 7

QUAIS SÃO OS ILÍCITOS QUE PODEM ACONTECER DURANTE UMA ELEIÇÃO?	629
22. Captação ou gastos ilícitos de recursos.....	629
22.1. Considerações sobre ilícitos financeiros em campanha e introdução à representação fundada no art. 30-A da Lei das Eleições.....	629
22.2. Detalhes sobre o bem jurídico tutelado e o cabimento da representação	633
22.3. Legitimidade ativa e competência para o processamento da representação	637
22.4. Legitimidade passiva: aqueles que podem assumir a titularidade do mandato.....	639
22.5. Período de ocorrência do ilícito e período de ajuizamento da representação	641
22.6. Procedimento cabível	642
22.7. Consequências da representação	643
22.8. Consequências pela doação acima do limite permitido por pessoa natural	645
22.9. A arrecadação e gastos ilícitos no Código Eleitoral projetado.....	648
22.10. Principais disposições penais relacionadas ao tema.....	649
23. Captação ilícita de sufrágio	649
23.1. Previsão normativa e principais características do ilícito (art. 41-A, LE).....	650

23.2.	Detalhes sobre o bem jurídico tutelado e o cabimento da representação	652
23.3.	Legitimidade ativa e competência para o processamento da representação	655
23.4.	Legitimidade passiva: o candidato beneficiado.....	657
23.5.	Período de ocorrência do ilícito e período de ajuizamento da representação	660
23.6.	Procedimento cabível	661
23.7.	Consequências da representação	662
23.8.	A captação ilícita de sufrágio no Código Eleitoral projetado	663
23.9.	Principais disposições penais relacionadas ao tema.....	664
24.	Condutas vedadas aos agentes públicos.....	665
24.1.	Previsão normativa e condutas vedadas em espécie (LE, art. 73 e ss.).....	666
24.1.1.	Use indevido da máquina pública em campanha.....	669
24.1.2.	Use indevido de recursos, serviços e bens públicos	671
24.1.4.	Dispor indevidamente sobre funcionalismo público	674
24.1.5.	Propaganda indevida e assemelhados.....	676
24.2.	Detalhes sobre o bem jurídico tutelado e o cabimento da representação	680
24.3.	Legitimidade ativa e competência para o processamento da representação	681
24.4.	Legitimidade passiva: o candidato beneficiado.....	682
24.5.	Período de ocorrência do ilícito e período de ajuizamento da representação	685
24.6.	Procedimento cabível	688
24.7.	Consequências da representação	689
24.8.	Condutas vedadas aos agentes públicos no Código Eleitoral projetado.....	691
24.9.	Principais disposições penais relacionadas ao tema.....	692
25.	Abuso do poder econômico e abuso do poder político	693
25.1.	O abuso nas eleições, os prejudicados pelo ilícito e a previsão normativa de seu combate (LC 64/90, art. 22).....	694
25.2.	O abuso do poder econômico	695
25.3.	O abuso do poder político.....	701
25.4.	Combatendo abusos e escolhendo entre AIME ou AIJE	705
25.5.	Como escolher entre as representações contra arrecadação e gastos ilícitos (30-A), captação ilícita (41-A) ou a AIJE contra o abuso do poder econômico	707
25.6.	Como escolher entre a representação por condutas vedadas ou a AIJE por abuso do poder político	711
25.7.	Combate de abusos e outros ilícitos depois da diplomação: AIME ou representação pelo art. 30-A.....	713

25.8. Abuso de poder e fraude à cota de gênero.....	714
25.9. Breves considerações sobre o abuso do poder de autoridade religiosa.....	714
25.10. Previsão do combate aos abusos no Código Eleitoral projetado....	716
26. Uso indevido dos meios de comunicação social	719
26.1. Previsão normativa e forma de combate.....	719
26.2. Legitimidade, competência, prazo para ajuizamento da AIJE.....	719
26.3. O abuso nos meios de comunicação explicado a partir de decisões	721
26.4. Uso indevido dos meios de comunicação social no Código Eleitoral projetado.....	725
27. Corrupção e fraude eleitoral combatidas depois da diplomação.....	727
27.1. Previsão normativa e prazo para o combate da corrupção e da fraude eleitoral (CF, art. 14, § 10).....	727
27.2. Exemplos de corrupção eleitoral.....	728
27.3. Exemplos de fraude eleitoral.....	731
27.4. Fraude eleitoral e cotas de gênero: considerações gerais e alguns aspectos processuais	733
27.5. Fraude e corrupção eleitoral no Código Eleitoral projetado	741


PARTE 8

QUAIS OS PROCEDIMENTOS CÍVEIS CABÍVEIS EM UMA ELEIÇÃO?.....	743
28. Introdução ao contencioso cível eleitoral.....	743
28.1. Situando o problema a ser resolvido.....	743
28.2. Definindo prioridades na corrida eleitoral	745
28.3. Principais procedimentos relacionados ao registro de candidatura	751
28.4. Combatendo ilícitos antes da diplomação dos eleitos	754
28.4.1. Uma breve explicação sobre as representações eleitorais	755
28.5. Combatendo ilícitos depois da diplomação dos eleitos.....	760
28.6. Aplicação do Código de Processo Civil na seara eleitoral: alguns aspectos práticos da Res. TSE 23.478/2016.....	760
28.6.1. Vedação de decisão surpresa e dever de consulta.....	760
28.6.2. Acesso à justiça.....	762
28.6.3. Impossibilidade de <i>amicus curiae</i> no processo eleitoral.	762
28.6.4. Impossibilidade de conciliação ou mediação no processo eleitoral ou negociação sobre o procedimento eleitoral.....	763
28.6.5. Prazos no processo eleitoral.....	765
28.6.6. Ordem dos processos nos tribunais.....	765

28.6.7. Recorribilidade das interlocutórias no processo eleitoral.....	766
29. Contagem de prazos e comunicações processuais no período de campanha	770
29.1. Contagem contínua de prazos processuais.....	770
29.2. Uso do mural eletrônico e outros meios eletrônicos para as comunicações processuais.....	772
29.3. Intimação do Ministério Público Eleitoral	774
30. "Ação" de Impugnação ao Registro de Candidaturas (AIRC) e o procedimento comum da Justiça Eleitoral	775
30.1. Formas de se impugnar uma candidatura e previsão normativa do tema.....	775
30.1.1. Considerações sobre a notícia de inelegibilidade	776
30.2. O procedimento da AIRC ou o "procedimento comum" da Justiça Eleitoral	777
30.3. Aspectos processuais gerais típicos da AIRC	780
30.3.1. Revisão do pedido de registro de candidaturas e prazo para as impugnações.....	780
30.3.2. Formalidades gerais do peticionamento da AIRC.....	782
30.3.3. Competência para a AIRC	783
30.3.4. Legitimidade para a AIRC	784
30.3.5. Litisconsórcio em AIRC.....	787
30.4. Resumo do procedimento da "Ação" de Impugnação ao Registro de Candidatura (AIRC)	789
30.5. Aspectos específicos da petição inicial e da contestação	791
30.6. Providências preliminares, saneamento e organização da instrução	794
30.7. Fase instrutória	796
30.8. Fase decisória.....	799
30.9. Crime eleitoral de arguição de inelegibilidade ilícita	800
30.10. O procedimento eleitoral comum no Código Eleitoral projetado ..	800
30.10.1. Petição inicial e contestação	801
30.10.2. Fases de saneamento, instrução e decisão	803
31. Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED) contra inelegibilidade superveniente, inelegibilidade constitucional e falta das elegibilidades	805
31.1. Previsão do Recurso Contra Expedição do Diploma (RCED)	805
31.2. Cabimento do RCED.....	807
31.2.1. Falta de condição de elegibilidade	808
31.2.2. Inelegibilidades constitucionais	809
31.2.3. Inelegibilidades infraconstitucionais supervenientes.....	810
31.3. Prazo de ajuizamento: 3 dias da diplomação	814
31.4. Legitimidade e competência para o RCED	814
31.5. Resumo do procedimento	816

31.6. O RCED no próximo Código Eleitoral.....	817
32. O poder de polícia na propaganda eleitoral.....	817
32.1. Noções sobre poder de polícia e a imparcialidade do órgão jurisdicional.....	817
32.2. O poder de polícia na atividade eleitoral.....	820
32.3. Legitimidade e competência para o exercício de poder de polícia	823
32.4. Poder de polícia em instituições de ensino superior	825
32.5. Poder de polícia em irregularidades na <i>internet</i>	826
32.6. Aspectos procedimentais relacionados ao poder de polícia em matéria eleitoral.....	827
32.7. Cuidados extras no exercício do poder de polícia	830
32.8. Poder de polícia no Código Eleitoral projetado.....	832
33. Representação fundada em propaganda eleitoral irregular.....	833
33.1. Breve introdução: escolhendo a medida processual adequada.....	833
33.2. Previsão normativa e alguns aspectos gerais: um procedimento que evita fase probatória	835
33.3. Período possível para a representação por propaganda	837
33.4. Petição inicial e procuração.....	837
33.4.1. Arquivamento de procuração.....	839
33.5. Legitimidade, competência e tramitação eletrônica da represen- tação.....	840
33.6. Prazos e comunicação de atos	843
33.6.1. Citação nas representações por propaganda	844
33.6.2. Mural eletrônico e comunicações nas representações	846
33.7. Resumo do procedimento das representações fundadas em propaganda irregular.....	847
33.8. Etapa recursal em representação de propaganda eleitoral.....	848
33.8.1. Recurso de decisão por juiz eleitoral em representação em propaganda.....	848
33.8.2. Recurso de decisão por juiz auxiliar em representação em propaganda.....	849
33.9. Cuidados em caso de propaganda em ambiente de internet: indi- vidualização, <i>deepfakes</i> , anonimato e remoção de conteúdo	851
33.9.1. Localização de usuário não identificável imediata- mente.....	854
33.9.2. Cuidados na remoção de conteúdo da internet.....	858
34. Pedido de Direito de Resposta.....	860
34.1. Previsão normativa e momento de propositura	860
34.2. Cabimento.....	861
34.3. Legitimidade e competência.....	864
34.4. Dever de verificação da verdade	865
34.5. Cuidados específicos a depender do tipo de veiculação da ofensa.	866

34.6.	Resumo do procedimento do Pedido de Direito de Resposta.....	870
34.7.	Etapa recursal em pedido de direito de resposta.....	872
34.7.1.	Recurso de decisão por juiz eleitoral em pedido de direito de resposta.....	872
34.7.2.	Recurso de decisão por juiz auxiliar em pedido de direito de resposta.....	873
35.	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) para combater abusos e procedimento do artigo 22, da Lei das inelegibilidades	875
35.1.	Cabimento da AIJE: o procedimento eleitoral para apurar abusos	875
35.1.1.	Brevíssima revisão sobre abuso do poder econômico ou político, caixa dois em campanha e utilização indevida dos meios de comunicação social.....	879
35.2.	Aspectos gerais específicos da AIJE: competência, prazo, legitimidade e consequências	881
35.2.1.	Consequências da AIJE e suas repercussões para o cabimento	886
35.3.	Resumo do procedimento do art. 22, da LC 64/90, usado para a AIJE e para as Representações Especiais.....	889
35.4.	Aspectos da petição inicial e da contestação.....	891
35.4.1.	Especificação das provas.....	892
35.4.2.	Correção da capitulação	895
35.4.3.	Procuração	896
35.4.4.	Prazo para contestação: 5 dias.....	897
35.5.	Providências preliminares, saneamento e organização da instrução	897
35.5.1.	Generalidades e alguns exemplos.....	897
35.5.2.	Reunião de ações	899
35.5.3.	Providências imediatas contra ilícitos	899
35.5.4.	Julgamento imediato do processo	900
35.5.5.	Organização da instrução.....	901
35.6.	Fase instrutória	901
35.6.1.	Depoimento pessoal	903
35.6.2.	Aspectos das alegações finais.....	904
35.7.	Recorribilidade das decisões interlocutórias em representações especiais e AIJE.....	905
35.8.	Fase decisória.....	906
36.	Representações Eleitorais Especiais (Rp) para combater ilícitos financeiros, captação ilícita de sufrágio, condutas vedadas e outros ilícitos....	907
36.1.	Cabimento das Representações Especiais e competência para todas elas	907
36.1.1.	Revisão sobre captação e gastos ilícitos de recursos (LE, 30-A).....	910
36.1.2.	Revisão sobre captação ilícita de sufrágio (LE, 41-A).....	912

36.1.3. Revisão sobre condutas vedadas aos agentes públicos (LE, 73 e seguintes).....	914
36.2. Resumo do procedimento do art. 22, da LC 64/90	917
36.3. Como ficam as representações especiais após o Código Eleitoral projetado.....	918
37. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) para combater abuso econômico, corrupção ou fraude até 15 dias após a diplomação	919
37.1. Cabimento da AIME.....	919
37.1.1. Brevíssima revisão sobre as hipóteses de cabimento da AIME 	921
- Brevíssima mesmo!	
37.2. Legitimidade, prazo de propositura, competência e consequências da AIME.....	922
37.3. Aspectos gerais específicos da AIME.....	925
37.3.1. Instrução da petição inicial da AIME.....	926
37.3.2. Sigilo na tramitação da AIME.....	927
37.4. Resumo do procedimento da Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME).....	927
37.5. Como fica a AIME após o Código Eleitoral projetado.....	928
38. Processos nos tribunais, algumas situações	929
38.1. Reclamação em matéria eleitoral.....	929
38.1.1. Tipos de reclamação e observações gerais.....	929
38.1.2. Preservação de competência	931
38.1.3. Garantia da autoridade de decisões de tribunal eleitoral.....	932
38.1.4. Reclamação no próximo Código Eleitoral	933
38.2. Ação Rescisória Eleitoral	933
38.2.1. Ação Rescisória Eleitoral no Código Eleitoral projetado.....	936



EPÍLOGO	937
----------------------	-----

39. É possível fraudar uma eleição no Brasil?.....	937
--	-----

REFERÊNCIAS	951
--------------------------	-----